

“A sentinela avançada da civilização contra a barbárie”: imperialismo, nacionalismo e o movimento sionista na formação do conflito palestino-israelense

Matheus Silveira Guimaraes (UEPB)
guimaraesmatheuss@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo avaliar, em uma perspectiva histórica, o papel do sionismo e o contexto de sua constituição na formação do conflito palestino-israelense no Oriente Médio. Para alcançar este fim, em um primeiro momento, ressalta-se a importância da abordagem teórico-metodológica da história das relações internacionais para a análise das questões do sistema internacional contemporâneo, traçando seus principais conceitos: o sistema de causalidade e o sistema de finalidade. Este aparato conceitual deu base para a pesquisa. Em seguida, contextualizou-se o imperialismo e o nacionalismo na formação do conflito no Oriente Médio, percebendo-os inseridos em um *sistema de causalidade*. Por fim, identificou-se as estratégias utilizadas pelos líderes sionistas na luta pela formação do Estado judeu, apontando para o *sistema de finalidade* elaborado por eles. Assim, percebeu-se que o sionismo teve um papel crucial na formação do conflito entre judeus e palestinos e o contexto de dominação imperialista da Europa sobre outras regiões do mundo favoreceu os sionistas no alcance de suas finalidades.

Palavras-chaves: História das relações internacionais. Imperialismo. Nacionalismo. Conflito palestino-israelense.

ABSTRACT: This study aims to understand, in a historical perspective, the role of Zionism and the context of its constitution in the formation of the Palestinian-Israeli conflict in the Middle East. To achieve this purpose, at first, it is emphasized the importance of theoretical and methodological approach of the history of international relations for the analysis of issues of contemporary international system, outlining its key concepts: the system of causality and system of finality. This conceptual framework has given the basis for this research. Then, it is contextualized imperialism and nationalism in the formation of the Middle East conflict, perceiving their insertion into a *system of causality*. Finally, it is identified the strategies used by Zionist leaders in the struggle for the formation of the Jewish state, pointing to the *system of finality* designed for them. It is concluded that Zionism played a crucial role in shaping the conflict between Jews and Palestinians and the context of imperialist domination of Europe over other regions of the world favored the Zionists in achieving its goals.

Keywords: History of international relations. Imperialism. Nationalism. Israeli-Palestinian conflict.

Introdução

Na Assembleia Geral (AG) da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em setembro de 2011, uma das temáticas mais citadas foi a inclusão do Estado palestino na Organização e o reconhecimento deste com as fronteiras anteriores a 1967, quando houve a chamada *Guerra dos Seis Dias* em que Israel confrontou-se diretamente com o Egito, país árabe mais forte no período. Nesta guerra, o Estado israelense “conquistou e ocupou a Cisjordânia (à Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (ao Egito) e os montes de Golan (à Síria)” (REINHART, 2002, p.10) – e permanece em um processo de constante colonização desses territórios, constituindo um dos principais problemas que dificultam os processos de paz no Oriente Médio.

Os Estados Unidos, na AG supracitada, prontamente se recusaram a aceitar esta possibilidade, afirmando vetar qualquer tentativa nessa direção. Juntamente a isso, a UNESCO (Organização das

Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), ao aceitar a Palestina como membro, sofreu, em outubro de 2011, retaliação dos EUA que afirmaram não repassar mais verba para a Organização. Na Assembleia Geral de 2012, o embate continuou. O líder palestino, Mahmoud Abbas reivindicou, mais uma vez, a criação do Estado da Palestina, enquanto Israel e Irã trocavam acusações. Ademais de tudo isso, foi divulgada uma campanha pelo reconhecimento do Estado palestino, mobilizando a opinião pública. De fato, em 2011, circulou nas redes sociais da internet uma campanha em prol do reconhecimento do Estado da Palestina. Em pouco tempo, mais de um milhão de pessoas assinaram a petição em favor da Palestina, conforme Avaaz (2011), ou seja, uma organização civil que age em vários países do mundo tentando mobilizar assinaturas em defesa de determinados temas.

Todos esses fatores s permitem dizer que um dos conflitos que mais têm causado debates no sistema internacional contemporâneo é vivenciado no Oriente Médio entre palestinos e israelenses, envolvendo também outros países como, mais recentemente, o Irã. Esta tensa relação parece ter suas possibilidades de solução cada vez mais distantes. Logo, a análise e compreensão deste conflito devem ter uma atenção especial dos estudiosos da área das Relações Internacionais.

Essas tensões vivenciadas entre palestinos e israelenses no Oriente Médio não surgiram repentinamente, foram construídas historicamente. Por isso, para se discutir tal conflito, faz-se necessário lançar uma reflexão ao seu processo de formação. E nesse sentido, o movimento sionista apresenta-se como importante elemento para sua compreensão.

Fundado nos últimos anos do século XIX, o movimento sionista surgiu com o objetivo de unir os judeus pelo mundo, pondo fim às perseguições por eles vividas. O sionismo nasceu em um período importante para a história das relações internacionais. No auge do imperialismo europeu e em uma fase de intensificação dos movimentos nacionalistas, formou-se com marcas desses fenômenos históricos. O discurso da superioridade europeu-ocidental sobre as demais regiões do mundo e a ideia de unir um povo sob um Estado constituíram, em princípio, dois pontos do programa sionista e que eram bases dos discursos imperialistas e nacionalistas, respectivamente.

Resumo de uma pesquisa mais aprofundada elaborada em trabalho de conclusão de curso, este artigo tem por objetivo analisar, em uma perspectiva histórica, o papel do sionismo e o contexto de sua constituição na formação do conflito palestino-israelense no Oriente Médio, partindo do princípio de que o imperialismo e o nacionalismo foram cruciais nesse processo e, assim, indispensáveis para se pensar a situação atual da região. Isso permitirá compreender melhor os principais motivos que levaram Israel a se formar como um Estado forte e vinculado aos valores “Ocidentais”, o que lhe trouxe apoio

das principais potências mundiais. Para alcançar tal objetivo utilizamos dois conceitos da história das relações internacionais: *sistema de finalidade* e *sistema de causalidades*.

1. História das relações internacionais: sistemas de finalidades e de causalidade

É perceptível no decorrer do debate na disciplina das Relações Internacionais um frequente distanciamento entre teóricos e historiadores. Comumente, pode-se identificar certa resistência para compreender e pesquisar a história das relações internacionais. Muitos esquecem, todavia, que ambas – teoria e história – têm muito a acrescentar-se mutuamente.

Vigizzi (2000) afirma existir, muitas vezes, da parte dos historiadores uma recusa na utilização de modelos teóricos e, em contrapartida, os teóricos acreditavam ser a história algo superado e dispensável para o estudo das relações internacionais. Assim, ele destaca dois estereótipos construídos nesse debate: por um lado, os teóricos viam a história como algo restrito à chamada “história diplomática”, que estaria presa ao passado. Os historiadores teriam uma dificuldade em lidar com problemas voltados à contemporaneidade e os acontecimentos atuais não estariam no campo de pesquisa da história. Por outro lado, muitos historiadores acreditavam que os teóricos das relações internacionais se enquadravam no modelo das ciências naturais, não percebendo as mudanças do sistema internacional. Para esses historiadores, o campo da história das relações internacionais teria um caráter específico, havendo uma grande distância entre esta área de estudo e a teoria.

Essa polarização começou a diminuir com a ideia de que “inexiste teoria consistente nas relações internacionais se ela não apresenta uma boa sustentação histórica” (SARAIVA 2007, p. 5), fortalecida no final do século XX. Tal ideia já vinha sendo desenvolvida há um tempo por alguns autores que se propunham a pensar as relações internacionais conceitualmente partindo das experiências históricas. Nesse sentido, destacamos o papel exercido por dois franceses na aproximação da história com a teoria das relações internacionais: Renouvin e Duroselle.

Na década de 1960, já apontava para a elaboração de uma teoria baseada na história. Para eles, até então, “os exemplos históricos foram invocados apenas para fornecer um ponto de apoio a essas reflexões teóricas” (Renouvin and Duroselle 1967, 7). Para eles (1967, p. 8), a nova proposta era:

Em vez de procurar na história um elemento de sustentação a conceitos já elaborados, acreditamos fôsse mais sensato investigar o passado, a fim de estabelecer as constatações permitidas pelo estudo dos documentos, poderemos assim, é certo, fornecer materiais ou motivos de reflexão aos teóricos das relações internacionais, mas levamos a cabo nossas pesquisas sem nos deixar guiar por este tipo de preocupações.

Dever-se-ia, então, partir não do abstrato para o concreto, mas sim fazer o caminho inverso. Não quer-se propor aqui que o modelo pensado pelos historiadores franceses seja suficiente para analisar todas as relações internacionais. Porém, suas reflexões têm muito a contribuir.

Apesar dessa questão já está posta nas décadas de 1950 e 1960, apenas em *Todo império perecerá*, Duroselle (2000) sistematizou a proposta de uma teoria das relações internacionais baseada em pressupostos históricos e tornou, assim, esta obra um marco para o estudo da teoria e da história das relações internacionais. Neste livro, Duroselle define dois conceitos que, de maneira geral, já vinham sendo desenvolvidos junto com Renouvin, a saber: *sistema de causalidade* e *sistema de finalidades*.

O *sistema de causalidade* é definido pelas forças, que seriam as ações das coletividades. Tais forças, em linhas gerais, se dividem de duas formas: as forças organizadas e as forças profundas. As primeiras se apresentam de maneira “clara e organizada”, exercendo apenas pressão sobre os líderes políticos. As segundas, por sua vez, são “maciças, difusas e obscuras”, atuando com uma pulsão. As forças profundas, assim, caracterizam-se pela espontaneidade e falta de controle (Duroselle 2000).

O *sistema de finalidades*, por sua vez, foca-se não nas ações externas, mas nos líderes, no “homem de Estado”, como destacam Renouvin e Duroselle (1967). O pressuposto inicial para este conceito é de que qualquer ser humano pensa sobre sua vida, traçando planos e formas de alcançar seus objetivos. Para Duroselle (2000, p. 99):

O líder age exatamente do mesmo modo, porém, por deter o poder, tais projetos e cálculos não atingem somente a ele, mas também coletividades humanas, muitas vezes intensas, são afetadas. [...].

O líder de uma comunidade sonha com o futuro, tenta moldá-lo, calcula uma ordenação de objetivos, de meios e riscos. Isso feito, ele se empenha em uma estratégia de ação. É o que chamamos nas relações internacionais de sistema de finalidades .

Deste modo, pode-se inferir que a compreensão das relações internacionais, para tais autores, deve levar em consideração dois aspectos: as forças e as finalidades. Ambas se articulam e, assim, temos líderes traçando objetivos e calculando os meios para alcançá-los, que só é permitido de acordo com as forças.

Digamos, para simplificar, que o estudo das relações internacionais é impossível se não estudarmos cada situação, cada mecanismo, sob dois ângulos: da finalidade (aquele que dispõe de um poder se propõe a atingir tais objetivos e tenta realizá-lo) e da causalidade (as coletividades humanas de todas as dimensões exercem confusamente forças cuja resultante modifica os acontecimentos (DUROSELLE 2000, p. 44)

Nesse trabalho, há dois grandes focos: o imperialismo e nacionalismo como forças profundas do final do século XIX e início do século XX; e o movimento sionista, traçando seus cálculos e objetivos. Como eles se caracterizam como *sistemas de causalidade e finalidades*?

2. Imperialismo e nacionalismo na virada do século

A quebra da bolsa de valores de Viena ocorreu em 1873. Esta quebra acarretou falência de vários outros bancos europeus iniciando uma crise sem precedentes na história do capitalismo. Após rápido e intenso crescimento econômico vivido entre as décadas de 1840 e 1860, houve uma diminuição das exportações e da produção. Apesar dessa diminuição, a produtividade continuou crescendo, porém em um nível mais reduzido. Essa característica gerou um sentimento de recessão junto aos produtores capitalistas, pois, naquele momento, “o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (HOBSEBAM 2009, p. 59). Tais fatores levaram os principais países capitalistas a um cenário de crise.

Era necessário reagir e uma das características da reação do capitalismo à crise foi o surgimento de novas estruturas de produção e circulação, dando início ao que Huberman denominou de “Era dos monopólios”, que se caracterizou pelo “crescimento, fusão, concentração” das empresas (HUBERMAN 1986, p. 218). Essa fase, vista por muitos como “monopolista”, seria resultado de seu período anterior, baseado no livre mercado e na concorrência. No jogo duro desta, as empresas mais fortes, que tinham capacidade de diminuir os preços sem ter grandes perdas, venceram a competição com os mais fracos, que não suportaram a disputa. A inferência parece lógica: a produção começa a se concentrar em poucas mãos, propiciando a formação dos trustes e dos cartéis. Isso não significa que o capitalismo se resumiu ao monopólio, mas que houve, visando reduzir a disputa concorrencial, acordos e fusões de empresas caracterizadas pelos cartéis e pelos trustes. A concorrência não deixou de existir, mas foi reduzida nessa nova fase do capitalismo, Segundo Hobsbawm (2009, p. 69). Catani (1981, p. 13) dá uma rápida definição de trustes e cartéis. Enfim, foi essa lógica que moveu as empresas durante os anos da virada do século XIX para o século XX e essa foi uma das alternativas encontradas pelos capitalistas para superar a crise.

Todo esse cenário econômico também contribuiu para uma reconfiguração da política internacional. As características do Concerto Europeu da primeira metade do século XIX entraram em declínio. Da década de 1870 à Primeira Guerra Mundial, a Europa viveu um período de alianças e tensões entre as principais potências e houve

a entrada no sistema internacional europeu daquelas partes do mundo que ainda estavam fora. [O desenvolvimento do imperialismo] completou a construção da

rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas, que foram dominadas pelos principais Estados da Europa (DÖPCKE 2007, p. 78).

A rivalidade econômica expressa entre as empresas também ficou nítida entre os países no âmbito externo. A crise não gerou apenas o declínio do livre comércio no nível interno – na tentativa de muitas empresas em coibir a concorrência –, mas também aconteceu no cenário internacional, quando os países buscaram ações protecionistas, iniciando um processo de rivalidade entre os Estados europeus centrais na produção capitalista. Dessa maneira, “a concorrência se dava não só entre as empresas, mas também entre as nações” (HOBSBAWM 2009, p. 68).

Em linhas gerais, apresentava-se o seguinte cenário: a diminuição da lucratividade gerou para muitos produtores capitalistas um cenário de crise. A alternativa para isso não foi reduzir a produção, mas buscar reduzir a concorrência e controlar o mercado a partir da fusão de várias empresas por meio dos carteis e trustes. Esses novos empreendimentos capitalistas começaram a significar também interesse nacional. Na defesa destes, os principais países europeus entraram em uma disputa, criando forte rivalidade que era expressa por meio de medidas protecionistas. Assim, o mercado ia ficando cada vez mais imobilizado tanto interna quanto externamente. A solução viável para isso foi expandir a economia para outras regiões, o que permitiu a mundialização da economia no final do século XIX e o domínio de diversas áreas pelos europeus, sendo conhecido este fenômeno como imperialismo.

Toda essa expansão econômica foi acompanhada pelo domínio político sobre regiões mais pobres do globo que não poderia deixar de se articular a um discurso de superioridade que é de grande importância para que se possa compreender, principalmente, o conflito palestino-israelense, objeto deste estudo.

Em fins do século XIX, marcado por importantes transformações sociais e econômicas, e também por inovações técnicas e científicas, os europeus se sentiam superiores. Assim como em séculos já passados, os povos europeus viram nesse sentimento de superioridade uma importante ferramenta para expandir a “civilização” da qual eles eram portadores para os demais povos, vistos como inferiores. Isso permitiu um apoio popular muito forte por parte de todas as camadas sociais dos novos Impérios, facilitando o processo de expansão.

A ideia de progresso, que era tão comum ao mundo europeu, auxiliou na expansão do imperialismo e estava atrelada ao sentimento de superioridade. Como superiores, os europeus teriam o fardo de levar o progresso para todos os demais povos que seriam atrasados na caminhada para a civilização. O objetivo destacado pelo discurso ideológico imperialista era “[a]brir a civilização a única parte do globo ainda infensa a ela, penetrar na escuridão que paira sobre povos inteiros é, eu diria, uma

cruzada digna deste século do progresso” (HOCHSCHILD apud HERNANDEZ, 2005, p.60). Não se pode esquecer aqui que o século XIX foi um marco na construção das ciências sociais modernas que, em seu início, estiveram marcadas por teorias baseadas pelo darwinismo social, conforme Hobsbawm (2009, p. 339-62).

Os não-europeus que antes eram vistos como exóticos e diferentes, passaram a ser vistos como “inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis” (HOBSBAWM 2009, p. 118). Essa concepção de *progresso x atraso*, sendo este representado por não-europeus e aquele pelos europeus, perpassou não apenas o fenômeno do imperialismo, constando, inclusive, no período pós-1ª Guerra Mundial e legitimado pelas Liga das Nações, cujo documento de fundação prevê esta superioridade no seu **Art. 22**:

Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e *são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno*. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma *missão sagrada de civilização*, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão. [...] O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a *tutela desses povos às nações desenvolvidas* que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade” (Sociedade das Nações 1919, grifo do autor).

O imperialismo, portanto, apresentou-se como o que se pode chamar de força econômica profunda no final do século XIX e início do século XX. Esse fenômeno influenciou todas as relações do sistema internacional da época. Não se pode pensar o conflito estabelecido no Oriente Médio sem que se compreenda essa configuração política, econômica e ideológica, já que essa região foi alvo dos interesses imperialistas e sofreu consequências disso, a ser analisada em seguida. Entretanto, o imperialismo não foi o único fator importante na análise da formação do conflito entre palestinos e judeus. Outra força surgiu nesse mesmo período e estava diretamente entrelaçada com o fenômeno do imperialismo, onacionalismo.

“Os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva” (HOBSBAWM, 2008, p. 11). Esta citação do historiador inglês Eric Hobsbawm enfatiza a importância dos estudos sobre o nacionalismo dos últimos anos do século XIX. A análise do contexto de formação deste fenômeno histórico, que se configurou como uma força profunda, ajuda a compreender o século XX e, por conseguinte, o conflito palestino-israelense.

Apesar de ter deixado profundas marcas na história contemporânea, o nacionalismo e outros conceitos comuns (nação, nacionalidade e Estado-nação) ainda se apresentam envoltos de dificuldades para formular definições exatas. Nosso objetivo aqui não é fechar esse debate, mas, pelo menos, estabelecer alguns pressupostos básicos para o estudo acerca do nacionalismo. Com efeito, acredita-se ser interessante diferenciar quatro conceitos que são facilmente confundidos e possuem uma forte interrelação, não podendo ser pensados separadamente: nação, nacionalismo, nacionalidade e Estado-nação.

Para não alongar o debate, pode-se, em linhas gerais, definir *nação* como uma ideia, uma abstração elaborada entre os séculos XVIII e XIX para atender alguns fins específicos. Ela seria responsável por – a partir de elementos linguísticos, religiosos, territoriais, culturais, econômicos, étnicos e, principalmente, por uma memória coletiva, um experiência histórica comum – construir laços identitários entre um grupo de pessoas que, por todos esses fatores, considerar-se-iam como membros de uma nação, dando sentido a uma série de representações culturais. *Nacionalismo* e *nacionalidade* são dois conceitos que muito se assemelham e traduzem o sentimento de pertencer a uma nação. O *Estado-nação* seria a institucionalização de tudo isso. Essa instituição preservaria, dentro de suas características, o nacionalismo. Esse Estado teria na ideia de nação a sua base de sustentação, sua unidade. A nação teria no Estado sua proteção. Dessa maneira, não poder-se-ia pensá-los em separado. A proposta comum que une todos esses conceitos encontra-se na ideia de várias pessoas se verem pertencentes a um mesmo grupo graças a características específicas.

No decorrer do processo histórico, o fenômeno do nacionalismo apresentou várias fases. Uma delas, entre 1870 e 1914, foi caracterizada, principalmente, por dois novos definidores nacionais: a língua e a “raça”. Nesse período, “havia a nova tendência para definir uma nação em termos étnicos e especialmente em termos de linguagem” (HOBSBAWM 2009, p. 206). Logo, qualquer pessoa que não soubesse falar a língua de um país ou tivesse característica “raciais” distintas era vista como estranho à nação. Nesse momento, o racismo e a xenofobia se tornaram muito fortes no mundo europeu. Essa relação ficou ainda mais evidente com o imperialismo.

Os povos coloniais “inferiores” – ou seja, não identificados com os europeus – eram alvos constantes de racismo. O processo de “assimilação” a uma nova cultura nacional poderia acontecer, mas, para muitas pessoas, “não havia assimilação que transformasse homens de pele escura em ‘verdadeiros’ ingleses, belgas ou holandeses, embora possuísse tanto dinheiro e sangue nobre e tanto gosto pelos esportes quanto a nobreza européia” (HOBSBAWM 2009, p. 216). Leia-se: “homens de pele escura” em povos não-europeus.

Além do racismo, a xenofobia – que são comportamentos que se assemelham – atinge um ponto de grande intensidade a partir da segunda metade do século XIX. Esse era um período de constantes migrações e era comum ter na Europa estrangeiros que passaram a representar ameaça tanto para a classe trabalhadora, que via neles concorrência com mão de obra barata, quanto para a classe média e para os ricos, que viam nesses estrangeiros problemas sociais, pessoas pobres que causariam tensões (HOBSBAWM 2009). Nada melhor do que uma “ameaça” externa, representada pelo estrangeiro migrante, para realçar os sentimentos nacionais. Uma das principais expressões da xenofobia nacionalista na Europa foi o antissemitismo. “Semita” diz respeito aos povos do mesmo tronco linguístico que pertencem às línguas semíticas, cuja origem está na região do Oriente Médio e destacam não só os povos hebreus (os judeus) assim como os árabes. Dessa maneira, “antissemitismo” refere-se ao preconceito contra os judeus, mas também contra os árabes. Não obstante, devido às perseguições sofridas pelas populações judaicas, principalmente, na Europa, o termo “antissemitismo” é comumente utilizado como preconceito e perseguição aos judeus. É nesse sentido utilizado neste artigo.

Com as características racistas e xenófobas do “novo” nacionalismo (1870 - 1914), uns dos principais atingidos foram os judeus. Estes, desde o período dito medieval, encontravam-se dispersos pelo mundo e, onde estavam, eram considerados ameaças. Um dos principais motivos para isso era econômico, representando os judeus concorrência e desconforto para muitos, “porque os campos da empresa em que os judeus tornaram notáveis competiam com os pequenos lojistas, dando ou recusando crédito aos fazendeiros e pequenos artesãos” (HOBSBAWM 2009, p. 225).

Bem como o imperialismo, o nacionalismo é de grande importância para a compreensão de todo o século XX, inclusive, do conflito entre palestinos e judeus no Oriente Médio. O nacionalismo pode ser interpretado como uma *força profunda* que se formou na Europa e se expandiu para outras regiões. As consequências desse fenômeno foram várias, como a ideia de relação direta entre um Estado e uma nação, e reações xenófobas contra grupos estrangeiros. Essas duas características fornece condições para a compreensão de como o nacionalismo interferiu na formação do conflito palestino-israelense.

3. O estabelecimento de um objetivo e a busca pelos meios: o sistema de finalidade sionista

O que estava posto para os judeus na Europa Oitocentista era a luta pela emancipação política. Culla defende que o sionismo, como um movimento nacionalista nasceu no “continente europeu que, durante la segunda mitad del siglo XIX, alberga aproximadamente el 85% de los 8-10 millones de judíos del mundo” (CULLA 2005, p. 16). É neste continente que se inicia a luta pela emancipação

política dos judeus. A “questão judaica” compreende o motivo principal que os levou a buscarem essa emancipação. Afinal, o que compreende essa questão?

Como argumentava Theodor Herzl, precursor do sionismo político, “El problema judío existe. Sería necio negarlo. Es un residuo de la Edad Media, del cual los pueblos civilizados, con la mejor voluntad, no saben deshacerse aún” (HERZL 1976, p. 30). E esse “problema” seria resumido na “miseria en que viven los judíos” (HERZL 1976, p. 45).

Desde a chamada Idade Média, os judeus viveram frequentes e fortes perseguições. Com a expansão dos movimentos nacionalistas pela Europa, como descritos anteriormente, a situação acentuou-se ainda mais. Os sentimentos de pertencer a uma nação eram (e ainda o são) intensificados com a presença do “estrangeiro”, o “outro”, que é visto muitas vezes como ameaçador. Isso iniciou um processo de constantes manifestações racistas e xenófobas nos países europeus. Nesse sentido, para muitos europeus no auge do nacionalismo, esse “estrangeiro-ameaça” estava personificado na figura do judeu, e essas ações xenófobas foram expressas pelo antissemitismo.

Herzl compreendeu que os judeus só estariam emancipados dessas perseguições quando, assim como vários outros europeus, estivessem sob a proteção de um Estado específico para eles. Diante do “problema judaico” caberia “um plano”. Segundo o autor, “Se nos debe conceder la soberanía sobre una porción de la superficie de la tierra adecuada a nuestras necesidades y a nuestras justas ambiciones de pueblo: a todo lo demás ya proveeremos nosotros mismos” (HERZL 1976, p. 55). Ou seja, havia apenas uma solução: a criação de um Estado nacional judeu. Sobre esta base se formou o movimento sionista.

Essa solução foi sistematizada por Herzl quando ele lançou *O Estado Judeu* e começou a dar uma nova face ao nacionalismo judaico. Neste livro, o autor propõe a criação de um Estado único dedicado ao povo judeu. Para o líder sionista, “Es una cuestión nacional, y para resolverla debemos hacer de ella un problema de política internacional, que ha de ser liquidado en el consejo de las naciones civilizadas” (HERZL 1976, p. 30). Esse é um aspecto muito interessante, pois há um esforço constante do autor em demonstrar que a questão não é religiosa, mas política e tenta levar a discussão para o plano internacional, entre os “civilizados”, ou seja, os europeus.

A proposta de Herzl não foi inicialmente aceita por muitos judeus da classe média. Dessa maneira, ele percebe que a alternativa para isso seria investir nas massas, popularizando sua ideia. É nesse sentido que, em 1897, iniciou-se o I Congresso Sionista. Pela primeira vez, de maneira mais sistemática, organizou-se o objetivo da Organização Sionista Mundial e os meios para alcançá-los. De acordo com o programa apresentado na Basileia:

O sionismo busca estabelecer um lar para o povo judeu na Palestina assegurado pelo direito público. O congresso considera os seguintes meios para a concretização desse objetivo:

- 1) O desenvolvimento com recursos próprios do estabelecimento de agricultores, artesãos e operários industriais.
- 2) A organização e união de todos os judeus por meio de instituições apropriadas, tanto locais como internacionais, de acordo com as leis de cada país.
- 3) O fortalecimento do sentimento nacional e da consciência nacional judaicos.
- 4) Passos preparatórios para a obtenção do consentimento de governos, onde for necessário, para que o objetivo do sionismo possa ser alcançado (HERZL 1978, p. 7).

Há aqui o estabelecimento do *sistema de finalidade* sionista, ou seja, a definição de um objetivo e os meios para alcançá-lo. Diante desse plano de trabalho, pode-se destacar dois pontos essenciais: o fortalecimento da identidade nacional judaica e a busca por apoio de vários governos para implementar tal objetivo.

Um dos principais obstáculos iniciais para os sionistas era buscar apoio dos próprios judeus já que muitos, em um primeiro momento, não tinham aceitado a proposta de Herzl. Não fazia sentido criar um Estado nacional judeu sem que entre eles mesmos não houvesse um consenso. Devido a isso, um dos meios propostos pelo Congresso da Basileia – no terceiro ponto do programa – era fortalecer o sentimento nacional e, a partir de então, o nacionalismo judeu assumiu proporções mais amplas.

No discurso de abertura do Congresso Sionista, Herzl afirma que “um povo tem de ajudar-se a si mesmo. Se não for capaz de fazê-lo, não haverá ajuda para ele. Nós, os sionistas, queremos estimular o povo para que se ajude a si mesmo” (HERZL 1978, p. 11). Deveriam os judeus se identificar com a causa. E, após algumas semanas da realização do Congresso, Herzl confessa que o seu maior resultado foi “ter demonstrado que o pensamento nacional judaico possui uma força unificadora capaz de agregar numa massa homogênea todas as diferenças linguísticas, sociais, políticas e religiosas” (HERZL 1978, 16). Em linhas gerais, a partir de Herzl e do I Congresso Sionista “el incipiente nacionalismo judío empieza a conocer la edad de las emociones colectivas, la mentalidad y los métodos de la política de masas que por entonces está eclosionando en Occidente” (Culla 2005, 54).

Apresentando-se como uma força tão expressiva que garantia a soberania a tantos povos, por que os judeus não poderiam consegui-la também? Esta pergunta inquietava Herzl e muitos outros judeus. Ora, “possuindo sua concepção de povo desde os tempos ancestrais e buscando uma solução para seus problemas modernos, os judeus não poderiam deixar de influenciar-se pelo sentimento nacionalista” (COMAY 1983, p. 9) e, conseqüentemente, conseguir seu Estado.

O discurso de nação, contudo, é construído. Importa mencionar aqui que Anderson (1991) é um dos que defende os nacionalismos como criações, comunidades que são imaginadas. De fato, apesar dos esforços dos idealizadores em mostrar a sua natureza, ela nada tem de inato. Os sionistas apresentaram a proposta de criação do Estado nacional judeu. Apostavam na ideia de um povo judeu. Todavia, o nacionalismo judaico, assim como os demais, teve de ser construído e alguns esforços foram concentrados pelos sionistas para alcançar este objetivo.

Dois elementos foram importantes nesse processo: a língua hebraica e a religião judaica. Ao se analisar o processo de expansão do nacionalismo a partir da década de 1870, identifica-se a língua como instrumento fundamental formador de identidades nacionais. Com o nacionalismo judeu não foi diferente. Apesar de autores como Tsur (1977, p.16) defenderem que o hebraico sempre se apresentou como elemento de unificação entre os judeus, Hobsbawm argumenta, por sua vez, que o hebraico foi reconstruído. Para enfatizar a importância das línguas como elemento de formação de identidades nacionais utilizadas a partir de determinados interesses, o historiador inglês afirma que:

Não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, *status* [sic], política e ideologia. Se a comunicação ou cultura tivessem sido a questão crucial, o movimento nacionalista judeu (sionismo) não teria optado por um hebraico moderno que ninguém falava e em uma pronúncia diferente daquela usada nas sinagogas europeias (HOBBSAWM 2008, p. 134).

Ou seja, para Eric Hobsbawm, havia interesses políticos e ideológicos no momento em que uma língua passava a ser fator de identificação nacional, não era algo dado naturalmente. Nesse sentido, os sionistas tinham o interesse político para fortalecer o sentimento nacional (um dos meios propostos no programa da Basileia) e viram a recriação do hebraico como um instrumento para isso. Segundo ele, o ídiche era falado por 95% dos judeus do mundo (HOBBSAWM 2008, p. 134). E, dessa forma, “o idioma [hebraico] era aprendido mais como um distintivo do compromisso com o sionismo do que como um meio de comunicação” (HOBBSAWM 2009, p. 209).

A religião, sem dúvidas, foi outro elemento catalisador de identidade. Do ponto de vista simbólico, nada mais propício para formar o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo do que as mesmas crenças. Para Hobsbawm (2009, p. 229), a religião assume papel de “força mobilizadora mais poderosa”. No caso dos judeus, que tinham a religião como fator especial na sua definição como povo específico, esse aspecto é ainda mais importante.

O fator religioso foi crucial para compreender o porquê da Palestina. Herzl apresenta a possibilidade para a construção de um Estado judeu entre Argentina e Palestina. O primeiro território

amistosamente mostrava interesse em ceder terras para os judeus, mas o segundo “es nuestra patria histórica. [...] un llamamiento poderosamente conmovedor” (HERZL 1976, p. 59). Esta era, para os judeus, a “terra santa” e haveria uma “ligação histórica do povo judeu com a Terra de Israel” (COMAY 1983, p. 7). A questão religiosa foi, então, importante fator para o fortalecimento da coesão nacional. Criou-se um consenso em torno do retorno à “terra santa”. E, apesar de os judeus viverem dispersos pelo mundo, a Palestina tornou-se sua identidade territorial.

Desde o início do empreendimento sionista, Herzl já reconhecia que agindo sozinhos os sionistas não chegariam muito longe. Não era o suficiente ter apoio dos judeus. Fazendo uma análise do contexto internacional que o cercava, Herzl percebeu que sem o apoio de uma grande potência imperial, os objetivos do sionismo ficariam presos ao papel. Sua preocupação ao escrever *O Estado judeu* voltava-se para a Europa.

Essa contribuição europeia imperialista só ocorreria se houvesse uma contrapartida do sionismo. Este deveria representar os europeus naquela região e ser o “braço” do Ocidente. Isso era nítido a Herzl. Não à toa que sua proposta para os europeus era ser “a sentinela avançada da civilização contra a barbárie”. Importa mencionar que esta é a tradução para o português da obra utilizada Jaime Pinsky (1978). Na versão em espanhol, a citação seria “parte integrante del baluarte contra el Asia: constituiríamos la vanguardia de la cultura en su lucha contra la barbarie” (HERZL 1977, p. 59). Utiliza-se aqui a tradução em português como o título deste trabalho por expressar melhor os objetivos de relacionar a luta dos judeus associadas aos interesses imperialistas.

Assim, a afirmação supracitada, envolta por toda a questão ideológica contida na dominação imperialista, significa que os sionistas defenderiam os interesses da potência ocidental que se dispusesse a ajudar. A criação do Estado judeu seria a garantia do domínio no Oriente Médio.

Isso levou o líder sionista a buscar os mais variados impérios da época como a Alemanha, o Império Otomano, sob o qual estava o território palestino, e a Inglaterra. O Império Britânico era o mais extenso e importante do final do século XIX. E, diante do contexto do imperialismo, visando questões econômicas e políticas, Herzl viu a possibilidade de conseguir auxílio inglês na empreitada sionista de construção de um Estado judeu. De acordo com Joan Culla, os britânicos teriam dois grandes interesses em apoiar o sionismo.

De un lado, porque la primera potencia mundial alberga grandes ambiciones sobre el Cercano Oriente otomano, y desea conocer y/o controlar cualquier factor que pueda influir en el futuro de la zona; de otro, porque el flujo de inmigrantes-refugiados hebreos del este que desembarcan en la Gran Bretaña empieza a excitar a la opinión pública, y las autoridades piensan que desviarlos

hacia otro destino, hacia el asentamiento judío que el sionismo propugna, podría ser una buena solución (CULLA 2005, p. 64).

O interesse inglês sobre os territórios do Oriente Médio existiam. O interesse sionista no apoio britânico também. Contudo, a “aliança” não foi firmada em um primeiro momento. Não era interessante para a Grã-Bretanha a intervenção na área. O Império Otomano era visto como uma proteção contra possíveis invasões no Oriente Médio. Herzl faleceu em 1904 e nenhuma dessas negociações avançaram até o momento de sua morte.

Foi somente após o falecimento do primeiro líder sionista que os caminhos do movimento mudaram. Duas questões estavam postas para os sucessores de Herzl: buscar apoio das potências europeias ou infiltrar-se nos territórios palestinos aos poucos (CULLA 2005, p. 86). Muitos foram os debates para encontrar a resposta. Dentre as propostas feitas, destacou-se a de Weizmann que propunha a síntese dessas duas ações no “sionismo sintético”. Eram, para Weizmann, perfeitamente complementares as ações de infiltração nos territórios palestinos enquanto houvesse busca por auxílio diplomático.

O propositor do sionismo sintético teve um papel especial nesse processo de (re) aproximação dos interesses ingleses na Palestina. Culla mostra um Weizmann com extrema habilidade política que, desde 1914, já tentava estabelecer contatos com as principais lideranças inglesas e judaicas. Segundo ele:

Su mensaje básico es siempre el de la coincidencia y la complementaridad entre los anhelos sionistas y los intereses estratégicos de Londres en el Próximo Oriente de la posguerra, coincidencia que podría cristalizar en la creación en Palestina de un “hogar”, de una “patria”, de una “comunidad” judía – la prudencia desaconseja el término “Estado” – bajo soberanía y protección inglesas (CULLA 2005, p. 112).

Em 1917, foi publicada, graças às articulações de Weizmann, a Declaração de Balfour (então ministro de relações exteriores da Grã-Bretanha escreveu esta declaração apoiando os judeus para construir “um lar” judeu na Palestina) que mudou os rumos do Oriente Médio. A importância deste documento está no fato de, pela primeira vez, uma grande potência se declarar “simpática às aspirações sionistas”. Até então, apesar das negociações secretas, nada tinha sido feito nesse sentido. A partir de 1917, a maior potência da época se propunha a mobilizar todos os seus esforços para a implementação do “lar judeu”. Isso era um avanço incomensurável para o sionismo.

Após essa Declaração, defende Gomes (2001, p. 15), “A Organização Sionista passou a se concentrar na imigração em massa de judeus à Palestina, e Weizmann dedicou-se especialmente em realizar outra proposta do Congresso da Basileia: a busca do amplo apoio dos judeus ao movimento”, apoio este que seria mais fácil de conseguir, pois os judeus se sentiriam mais seguros nesse empreendimento, graças à proteção inglesa.

O movimento sionista promoveu não apenas o estímulo às migrações, mas foi responsável também por tornar essas pessoas (os migrantes) a base do futuro Estado judeu. Para Culla, a segunda *aliá* (movimento migratório judeu para a Palestina que ocorreu entre 1904 e 1914), por exemplo, foi composta por judeus mais politizados que implementaram ações efetivas para a criação do Estado de Israel. A fundação da cidade de Tel Aviv (que se tornou a capital deste) e a expansão do hebraico (elemento de coesão nacional) são dois exemplos disso. Foi nesta *aliá* que chegou aos territórios palestinos, ainda criança, Ben Gurion, figura crucial para a independência de Israel em 1948 (CULLA, 2005, p. 88-91). Somente a partir desta segunda *aliá* que a relação entre palestinos e judeus assumiu uma característica conflituosa.

A “Grande Guerra” teve seu fim em 1918. O trauma causado por esta fez com que os principais envolvidos fundassem a Sociedade das Nações com o objetivo de incentivar as relações harmoniosas entre os países e evitar uma nova guerra. Sabemos do fracasso que representou essa nova instituição internacional. Um dos motivos que acarretaram essa falta de êxito diz respeito à manutenção de muitos valores das relações internacionais pré-Guerra. A mentalidade imperialista da superioridade europeia não tinha sumido com a Primeira Guerra. O exemplo mais nítido disso é o já citado artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações que prevê a superioridade dos europeus que por “uma missão sagrada da civilização” deveria ter a tutela dos povos atrasados. É sob esta perspectiva que surge, previsto pelo mesmo artigo, o sistema de Mandatos.

Exatamente nessa concepção de superioridade europeia que os sionistas vão investir. Eles reafirmam a proposta de apoio no processo civilizador protagonizada pela Europa. Este foi o momento exato de enfatizar a antiga ideia elaborada desde Herzl de que

O Estado Judeu deve ser uma cunha europeia na Ásia, mancha de civilização no mundo de barbárie. Não se cogita integrar o Estado proposto no local em que eventualmente ele venha a ser erigido, mas transplantar a Europa para lá (PINSKY 1977, p. 137).

Três anos depois do Pacto da Sociedade das Nações, a Palestina fica sob o Mandato da Grã-Bretanha que, como vimos, tinha manifestado apoio aos judeus. Este Mandato Britânico reafirma a Declaração

de Balfour publicada cinco anos antes, em 1917. Uma das questões principais era o estabelecimento do “lar judeu” na Palestina. Para isso, prevê a criação de um organismo específico dos judeus para implementar condições visando este objetivo, denominado de *Yichuv*.

A partir de então, o apoio britânico aos sionistas foi constante até a Segunda Guerra Mundial. Os responsáveis pelo Mandato na Palestina conseguiram dar todo o aporte e legitimidade aos judeus migrarem para a região com a ideia de formarem um Estado Nacional. Com isso, as dificuldades de controlar a região cresceram. A migração em massa dos judeus para a Palestina, carregadas com o discurso de superioridade dos judeus (vinculados aos europeus) em relação aos palestinos (identificados com a barbárie) e o discurso nacionalista de construir um Estado Nacional judeu na Palestina, expulsando, assim, os palestinos que ali habitavam tornou a convivência entre judeus e palestinos muito tensa. A década de 1930 foi marcada pela reação constante dos palestinos à expansão dos judeus. Várias insurreições armadas árabes ocorreram junto ao processo de armamento dos judeus. A consequência desse período de tensão foi expressa em uma Comissão Real, conhecida como “Comissão Peel”.

Diante das revoltas dos palestinos, o governo britânico, em 1936, enviou uma comissão que tinha na figura do Lord Peel o seu coordenador. No ano seguinte, tal comissão publicou um relatório sobre a situação na Palestina. De acordo com Michael Comay, “Com esse relatório, a comissão concluía que as posições árabe e judaica estavam muito distantes uma da outra para que se reconciassem num só país e considerava o Mandato impraticável” (COMAY, 1983, p. 25). Com efeito, a solução proposta pela Comissão Peel, como ficou conhecida, foi a partilha da região da Palestina em dois países, um árabe e outro judeu, proposta esta que foi enfatizada em 1947. Ainda, esta recomendação não foi implementada e, em 1948, foi fundado Estado judeu, levando o conflito a outro nível, ainda mais violento.

Assim, parece evidente que o imperialismo com sua proposta de superioridade da civilização europeia, aliado aos interesses econômicos e estratégicos das grandes potências da Europa foi uma força profunda fundamental para os sionistas alcançarem a finalidade da construção de seu Estado. Eles conseguiram traçar bem um sistema de finalidade – com o objetivo do Estado judeu e com a busca por meios para alcançá-lo, tendo forças profundas propícias para isso.

Considerações finais

No decorrer do artigo, identificou-se que o estudo teórico das relações internacionais não pode estar distante dos pressupostos históricos, nem estes podem prescindir de uma discussão teórico-

conceitual, correndo o risco de caírem ambos em “lugares–comuns”. Nesse sentido, surgiu a preocupação de alguns historiadores franceses em diminuir as distâncias entre história e teoria das relações internacionais. Eles propuseram, dessa maneira, uma teoria com pressupostos históricos, que se basearia, em grande medida, em dois conceitos: o *sistema de causalidade*, formado, sobretudo, pela ideia de forças profundas; e o *sistema de finalidades*, estabelecidos pelos líderes políticos ao traçarem seus objetivos e meios. Esse quadro teórico definiu as análises propostas na pesquisa.

Nesse sentido, destacou-se aqui duas experiências históricas que podem ser vistas como forças profundas do final do século XIX: o imperialismo e o nacionalismo. Baseados em interesses, sobretudo, econômicos, articulados com ações políticas e legitimados por um discurso de superioridade da Europa sobre as demais regiões do mundo, os países europeus, com o imperialismo, se expandiram pela África e Ásia, repartindo os territórios e criando áreas de influência. O nacionalismo, por sua vez, também foi um fenômeno muito intenso nesses últimos anos do XIX. A segunda metade do século foi marcada por movimentos nacionalistas que promoveram a unificação de importantes Estados, além de reações xenófobas e racistas contra os não-europeus.

O sionismo se formou, então, como um importante movimento em pleno contexto do imperialismo e do nacionalismo, trazendo consigo traços desses dois fenômenos históricos. Em finais do século XIX, a população judia estava espalhada pelo mundo, sofrendo várias manifestações de exclusão e perseguição. Dessa maneira, a principal proposta do sionismo era a unidade do povo judeu, promovida pela criação de um “lar judeu”, propondo, assim, a criação de um Estado Nacional. O sionismo nasce, dessa maneira, como um movimento nacionalista.

Diante disso, para encontrar apoio e implementar suas propostas de maneira efetiva, os sionistas buscaram as principais potências do mundo naquele período. Buscaram se legitimar, tendo como base o discurso de superioridade dos povos europeus. O movimento sionista propôs ser uma “sentinela avançada da civilização contra a barbárie” dos povos do Oriente Médio. Esse discurso permitiu o apoio europeu aos sionistas e, conseqüentemente, facilitou a implementação de seu objetivo, oferecendo condições concretas para isso. A partir deste apoio, o sionismo pode colocar em prática a finalidade da construção de um Estado nacional. Para isso, tiveram condições suficientes para incentivar grandes ondas migratórias que, aliadas ao discurso de superioridade e pertencimento àquela região, tornaram as relações com os palestinos bastante tensa, assumindo proporções ainda maiores após 1948.

Referências

- ANDERSON, Benedict. (1991) **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London and New York: Verso.
- AVAAZ. (2011). Publicado em <http://www.avaaz.org/po/independence_for_palestine_en/?copy>. Acesso em 15/11/2011.
- BBC BRASIL (2011). Publicado em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2011/11/111110_unesco_eua_rn.shtml>. Acesso em 05/05/052012.
- CATANI, Afrâni Mendes. (1981) **O que é imperialismo**. São Paulo: Brasiliense.
- COMAY, Michael. (1983) **Sionismo, Israel e os árabes palestinos**: Perguntas e respostas. São Paulo: Assessoria de Divulgação da Embaixada de Israel em São Paulo.
- CULLA, Joan B. (2005) **Breve historia del sionismo**. Madrid: Alianza.
- DÖPCKE, Wolfgang. (2007) Apogeu e colapso do sistema internacional europeu. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, p.77-129.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste (2000) **Todo império perecerá**: teoria das relações internacionais. Tradução Ane Lise Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Ed. UnB.
- G1. (2011) Publicado em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/eua-cortam-financiamento-unesco-apos-agencia-ter-admitido-palestinos.html>>. Acesso em 01/11/2011.
- GOMES, Aura Rejane. (2001) **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- HERNANDEZ, Leila Leite. (2005) **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo negro.
- HERZL, Theodor. (1976) **El estado judío**. Jerusalén: La semana publishing co. Ltda.
- _____. (1978) **O Primeiro Congresso Sionista**. Tradução Equipe do Departamento de publicações da Federação Israelita do Estado de São Paulo. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo.
- HOBSBAWM, Eric. (2008) **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- _____. (2009) **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- HUBERMAN, Leo. (1986) **A história da riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 21ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- PINSK, Jaime. (1978) **Origens do Nacionalismo Judaico**. São Paulo: Editora HUCITC.
- REINHART, Tanya. (2004) **Destruir a Palestina**: a segunda parte da guerra de 1948. Tradução Ana Saldanha. Lisboa: Caminho.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. (1967) **Introdução à história das relações internacionais**. Tradução Hélio de Sousa. São Paulo: Difel.

SARAIVA, José Flávio Sombra, Ed. (2007). **História das Relações Internacionais contemporâneas:** da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações** (1919). Publicado em: <http://www.cedin.com.br/site/pdf/legislacao/tratados/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf>. Acesso em 03/04/2012.

TSUR, Jacob. (1977) **A epopéia do sionismo**. Tradução Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Documentário.

VIGEZZI, Brunello. (2000). “Teóricos” e “historiadores” das relações internacionais. In.: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá:** teoria das relações internacionais Tradução de Ane Lise Spaltemberg de S. Magalhães Brasília: Ed. UnB.